

RELAÇÃO DE TRABALHO E VIVÊNCIA DA MULHER: CORPO FEMININO, ABRIGO DA SEMENTE

Adriana Santana de Sousa Nascimento, Universidade Federal de Sergipe-UFS¹

e-mail: adry.s.sousa@hotmail.com

Katinei Santos Costa, Universidade Federal de Sergipe-UFS²

e-mail: katineicosta@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo traz o estudo teórico sobre relação de trabalho e vivência da mulher, a partir da complexidade do capitalismo que intensificou a precariedade e a sobrecarga das mulheres. A pesquisa se fundamentou nos artigos e livros dos autores contemporâneos Antunes, (2008) Saffioti (2015) Iaconelli (2023) e Evaristo, (2021). Dentro de uma interdisciplinaridade cada autor traz uma prática reflexiva sobre a realidade imersa à mulher atual, desde a desqualificação, adoecimento mental, racismo e violência patriarcal. O presente artigo tem como objetivo, compreender as transformações na vida e na relação de trabalho da mulher, a partir do advento capitalista. Essa marca dentre outros, a separação e distanciamento do ser humano com a natureza, e a cosmovisão ocidental em que a mulher, ser submisso ao homem, era por “natureza” apenas reprodutora, dentro de uma cultura privatista que alimenta o capital com a mais-valia, ao não reconhecer as atividades domésticas e de criação, desenvolvidas pela mulher como trabalho digno de remuneração e fortalecimento econômico. Enquanto o homem, ser superior, “dono da verdade e do mundo” seria o produtor. Por se tratar de uma pesquisa de cunho bibliográfico, utilizou-se o estado da arte para elencar os conceitos e compreensão sobre as vertentes referenciadas dentro do artigo, necessitando da complementação da pesquisa de campo para conclusão do mesmo. Portanto, conclui-se que a feminização do trabalho ainda, não é considerada um mérito, uma emancipação, visto que há muito mais contradição, desregulamentação na relação de trabalho do que propriamente o reconhecimento à competência da mulher, nos mais diversos contextos sociais e educacionais possíveis.

Palavras-chave: Relação de trabalho, mulher, reprodução social, capitalismo patriarcal.

INTRODUÇÃO

O presente artigo contempla desenvolver um estudo teórico sobre a vivência e a relação de trabalho da mulher nos dias atuais, sobretudo na tentativa de compreender o hoje,

¹ Adriana Santana de Sousa Nascimento, Universidade Federal de Sergipe-UFS¹

e-mail: adry.s.sousa@hotmail.com

² Katinei Santos Costa, Universidade Federal de Sergipe-UFS²

e-mail: katineicosta@hotmail.com

busca na ancestralidade a história, a cultura, os costumes de cada geração. Enquanto análise que vivifica a mulher nos mais diversos contextos sociais, a escolha da literatura de Conceição Evaristo (2021) e os textos científicos como de Saffioti, (2015); Antunes, (2008) e Iaconelli, (2023) conciliam-se com o olhar crítico, histórico vivenciado pela/para a mulher e, ao mesmo tempo, tão atual, que apesar dos dissabores do capitalismo, retratam a vivência de protagonismos femininos que precisam ser exaltados.

O estudo em tela fará parte da fundamentação teórica da dissertação referente ao mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Ambientais-PROFCIAMB pela Universidade Federal de Sergipe-UFS, o qual, contemplará o segundo capítulo da pesquisa em andamento, entretanto, o mesmo almeja, neste momento, fazer parte do décimo Congresso Nacional de Educação-CONEDU como forma de contribuir como troca de saberes, através de um processo interdisciplinar dentro da linguagem objetiva/subjectiva do ser humano, em especial da mulher.

Hoje, a partir de um olhar interseccional, transdisciplinar, as ciências se abrem aos poucos, a ideia de que a realidade não é estagnada, mas sempre em movimento e esta faz parte de vida real, tudo se molda, sendo inerente ao erro e, talvez até mesmo, enquanto realidade, ser ela inalcançável. Portanto, é importante frisar que partindo da ciência socioambiental, a subjetividade na relação humana se constitui, enquanto aprendizagem, um caminho viável de análise ao contexto da pesquisa que traz como objetivo, compreender as transformações na vida e na relação de trabalho da mulher, a partir advento capitalista.

No contexto das ciências humanas, sociais e ambientais, que por muitas vezes, foram classificadas, pejorativamente, em “perfumarias” (Saffioti, 2015) opostas as ciências duras. Longino, (1996, p.187-202) afirma-se que “toda e qualquer ciência é, por conseguinte, conhecimento social”. Ao mesmo tempo, que Saffioti, (2015, p.41-42) desmistifica, salientando não haver neutralidade em nenhuma ciência, e que todas são frutos de um momento histórico, social, político e de produção, cuja intervenção, em qualquer campo do conhecimento, é cristalina. Não o sendo para qualquer olhar, apenas para o olhar crítico.

E assim, no viés contraditório do próprio capitalismo patriarcal, que essa pesquisa apresentará a mulher, enquanto poesia numa sociedade que não permite vê-la assim. “O cuidado de minha poesia aprendi foi de mãe, mulher de pôr reparo nas coisas e de assuntar a vida” (Evaristo,2021, p.79). Por reparo, observar a realidade e refletir sobre a vida.

Além do cuidado, função atribuída, especificadamente, a mulher. Esse é o contexto que se fará redesenhar a pesquisa em construção.

METODOLOGIA

O presente artigo traz, enquanto caminho metodológico, a pesquisa não aplicada, utilizando-se como recursos bibliográficos artigos e livros atuais dos autores Antunes, (2008), Saffioti, (2015), Evaristo, (2021) e Iaconelli, (2023) dentre outros. Na tentativa de aprofundar sobre o que é ser mulher nos dias atuais. Dentro de uma sociedade extremamente desumanizada, capitalista e segregadora faz -se necessário recorrer a autores que desempenham a partir de um contexto histórico esta função, enquanto pesquisadores e escritores.

Sendo assim a técnica utilizada será o estado da arte, construindo conceitos e entendimentos sobre determinados fatores referentes ao tema estudado, dentre eles a relação de trabalho da mulher impregnada da vivência humana, desde a identificação dos corpos femininos, a maternidade, o prazer e a função de reprodutora social, essa na divisão sexual capitalista. Por tanto, o presente artigo, parte integrante da pesquisa do mestrado, ainda em construção, está encarregado de sanar e preencher algumas lacunas teóricas sobre a temática em estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Relação de trabalho e capital, compreendendo o contexto social atual

As alterações ocorridas no mundo do trabalho se convertem em mudanças sociais interseccionais expoente a divisão de classe, gênero e raça. Como consequência, o avanço tecnológico, a substituição do ser humano por máquinas, a precarização das relações de trabalho, condições e organizações nos empregos restantes das indústrias e nos setores de serviços. Os mesmos, condicionam o ser humano a sujeição de trabalho, cada vez mais desumanizado que controla a vida daquele ser.

Realidade como a precarização na relação de trabalho se mostra cada vez mais acentuada na sociedade desigual brasileira. Antunes, (2008, p.10) fala sobre o trabalho ser não apenas um meio de sustento, mas também, reconhecimento e valorização social, conferindo ao ser humano uma imagem de honestidade e dignidade. Uma referência psicológica, cultural e simbólica, necessária. Decerto, o capitalismo se apropria do discurso político do operário para mascarar ações de domínio social, como veremos a

partir da relação de trabalho no contexto capitalista e suas mais distintas formas de exploração: a) cooperativismo; b) empreendedorismo; c) flexibilização do trabalho e d) terceiro setor: o voluntariado.

As cooperativas, enquanto modelo original de luta coletiva, passa a existir dentro do segmento capitalista como megafusões que mais destrói os poucos direitos dos trabalhadores. Ainda, sobre as cooperativas é possível abordar as cooperativas das catadoras de materiais recicláveis, que apesar de ser uma organização essencial a demanda de trabalho, as catadoras não são incluídas como construtoras fundamentais de direitos dentro do processo de reciclagem, mas apenas na visão do lucro e super lucro para a empresa.

O empreendedorismo palavra que serve até mesmo, como propaganda do sucesso profissional elencado nas mídias e nos ambientes escolares, enquanto disciplina curricular, não passa de uma configuração oculta de trabalho assalariado, subordinado, precarizado e instável de última geração que mascara a dura realidade da redução do ciclo produtivo. Uma nova marginalização social. (Vasapollo, 2005).

Ainda sobre um outro fenômeno que condiciona a perda de direitos e garantias sociais na atualidade é a flexibilização, desregulação da relação de trabalho. A essa nova condição de trabalho, a força de trabalho é deixada completamente descoberta, tanto na atualidade, quanto no futuro, já que não são assegurados os momentos da não-ocupação. A diminuição do salário, do horário, deve ser entendida como liberdade da empresa e nunca do funcionário. A flexibilização ou terceirização não passa de mais um modelo de desregulamentação de trabalho, ultimamente uma das formas atuais de contratos empregatícios flexível e de manobra ao trabalhador e trabalhadora.

A classe trabalhadora definida por Antunes, (2008, p.11) como “a totalidade de assalariados e assalariadas que vivem da venda da sua força de trabalho, despossuídos dos meios de produção” ao mesmo tempo que são essenciais ao sistema capitalista vigente, não são valorizados, muito menos impulsionados a mudanças de vida, ao contrário, a força de trabalho será sempre uma mercadoria que se alarga o cenário de crise humana, acrescido pelo desemprego estrutural, a informalidade, o declínio dos direitos e a precarização na relação de trabalho.

Enquanto reflexão, se faz necessário um passeio pelas principais mudanças ocorridas no contexto histórico socioambiental até a atualidade, chamando a atenção para a tendência da feminização no trabalho.

2. Relação de trabalho e meio ambiente

As catástrofes ambientais, cada vez mais frequente e com maior intensidade afeta diretamente os seres humanos ou seria os seres humanos afeta diretamente a natureza? Dentre as contradições que se apresentam no mundo atual, identificar como acontece a relação ser humano- trabalho e natureza e como essa dinâmica complexa e contraditória faz parte da vida da mulher.

“O olho do sol batia sobre as roupas estendidas no varal e mamãe sorria feliz. Gotículas de água aspergindo a minha vida- menina balançavam ao vento. Pequenas lágrimas dos lençóis. Pedrinhas azuis, pedaços de anil, fiapos de nuvens solitárias caídas do céu eram encontradas ao redor das bacias e tinas das lavagens de roupas” (Evaristo,2021, p.10).

Sempre existiu no decorrer da história, narrativas sobre a utilização dos recursos naturais pela mulher no cotidiano e/ou no trabalho humano de modo geral, contudo o que se observava em oposição aos dias de hoje era a harmonia entre ambos. Mas o que mudou?

Neste ínterim, “a relação ser humano- natureza passa a ser entendida como relação social, que constrói um quadro de vida, condição de reprodução da própria sociedade. Isto porque o animal se torna homem através do trabalho por dar respostas às necessidades que as exigem” (Campos, 2000, p.01). Desta forma o espaço é construído pelo ser humano na produção de materiais e a cada transformação da sociedade que ocorre de maneira “consciente” o próprio modelo de ser humano é determinado. Em outras palavras a harmonia que antes existiu passa a ser insuficiente às exigências humanas. O trabalho acaba por ser transformado num instrumento de controle social do indivíduo, o trabalho promete satisfazê-lo, mas acaba por se tornar estranho a ele, não sendo uma ação para si, mas para o outro, realidade intrínseca ao desenvolvimento capitalista.

O trabalhador como fonte potencializada de auto exploração, o intenso processo de automatização e o desemprego estrutural são algumas das características da reestruturação produtiva do capitalismo também intrínseco ao neoliberalismo (Campos, 2000, p.01).

Agregado ao sistema capitalista atual, o ser humano se distancia da natureza, não se reconhecendo como parte da mesma, mas ambos, como um recurso inesgotável a ser explorados e transformados em riqueza. É nesta contradição em que a natureza passa a ser propriedade privada, aprimorada a partir da dominação de classes. Os burgueses, proprietários dos espaços privados e os proletariados, a força de trabalho que desenvolvem o trabalho alienado. Sobre esta alienação, Moreira, (1985, p.78) afirma ser

a reprodução de todas as instâncias da sociedade capitalista: “aliena-se o homem da natureza, dos produtos, do saber, do poder e dos próprios homens. Se o poder sobre os homens nas sociedades naturais passa pelo controle da terra, sob o capital o poder passa pela alienação do trabalho”.

O fator principal neste diálogo é que diante da exploração indiscriminada dos recursos naturais, da desigualdade social e exploração humana como mercadoria, o planeta terra pede a conta, a qual parece não ser barato. Mudanças climáticas e aquecimento global são termos científicos que se traduzem em: inundações, secas, calor intenso, degelo, aumento e aquecimento dos oceanos, branqueamento das algas, extinção dos seres vivos e vidas humanas ceifadas, desalojadas, desabrigadas, dentre outros.

As catástrofes ambientais não são naturais, como a burguesia neocapitalistas querem reafirmar por meio da negação aos problemas ambientais, mas um atestado de catástrofe social, gerado pelo sistema de produção e retroalimentação no processo de acumulação do capital, ou seja, “constitui-se num dos aspectos desse mundo às avessas que a alienação mercantil e capitalista do ato social de trabalho institui” (Bihl, 1998, p.129).

Dentro de uma visão antropocêntrica, o ser humano se autodetermina como “dono de todas as coisas”, juntamente com o pensamento machista ocidental e negacionista climática, hoje, à realidade socioambiental e comportamentos sociais como guerra, racismo, pobreza e riqueza são justificadas como eventos naturais e atributos comuns à vontade de Deus (Smith, 1987, p.33-34). Contudo, sabe-se que são eventos disseminados pelo próprio ser humano na busca pelo poder. Assim como os eventos climáticos, os quais numa contante negação são definidos como ações alusivas à própria natureza, alienando cada vez mais e retroalimentando uma sociedade desumanizada dentro do jogo, capitalismo versus natureza; ser humano versus ser humano; riqueza versus pobreza e mulher versus homem.

As recorrentes tragédias ambientais e climáticas obriga toda a sociedade, principalmente a classe burguesa empresarial que detém o capital e que, juntamente, com o Estado domina o discurso de negação nos conflitos socioambientais de forma orquestrada para manter o *status quo* a se explicarem. Obriga, ainda mais, a classe trabalhadora, o proletariado, às mulheres, uma das classes mais impactadas neste contexto, a se movimentarem, reivindicarem coletivamente ações, políticas públicas e legislações ambientais eficazes e, não apenas, no contexto atual, de passar a boiada. Marx (1967, p.188) reafirma que é preciso “buscar a unidade entre natureza e sociedade”.

Partindo desse pressuposto, em que a separação do ser humano de suas condições naturais de existência não é “natural”, mas histórica (Oliveira, 2002, p.05) a prática humana, com o desenlace do capitalismo poderá talvez, vincular-se a uma nova história, menos predatória e mais inclusiva, clara, se ainda, houver tempo.

3. Ascensão da mulher ao trabalho produtivo: mérito ou contradição?

A participação da mulher nos espaços de trabalho produtivo deverá ser considerado um avanço, entretanto, na prática capitalista não acontece desta forma. A herança cultural destinada a mulher como àquela reprodutora, cuidadora, incapaz e responsável unicamente, pelos fazeres domésticos perpetuam duramente na sociedade de hoje. Isso significa que o avanço profissional não veio destituído do tradicional papel circunscrito ao trabalho doméstico e de mãe. É importante compreender que as construções de papéis do homem e da mulher são retrabalhados no capitalismo. E que a estrutura de poder que situa a mulher, muito abaixo dos homens em todas as áreas de convivência está relacionada ao conceito de patriarcado, o qual não poderá ser mascarado, muito menos neutralizado como socialmente se estruturaram. “O machismo vai de par com o capitalismo. Há um liame necessário entre a forma mercantil e a forma da família monogâmica heterossexual e reprodutora” (Mascaro,2013, p.67).

Dentro de uma luta constante de mudanças e reconhecimento social, a mulher chega ao mercado, a partir da necessidade de mão de obra mais barata que ajuste a terceirização, a redução de horário e a força de trabalho ainda doméstica, mudando apenas os espaços de efetivação. Esta por sua vez, muitas vezes matriarca da família, a única que realmente, se debruça para assistir aos seus, submente a mão de obra temporária, adversa e sem qualquer garantia, como o trabalho de catadora de material reciclável, no lixão.

Como afirma, Dias Oliveira, (2020, p.246) “A feminização do trabalho não pode ser compreendida como um caminho emancipador, pois trouxe às mulheres uma tripla jornada de trabalho pela simbiose entre o trabalho fora de casa com o reprodutivo”. Sobre o projeto de Lei 111/23 torna obrigatória a equiparação salarial entre homens e mulheres, um dos problemas explorados dentro do contexto desigual de gênero. Contudo a própria Constituição Federal 1988 já traz no artigo 5º, a igualdade de direitos independente de raça, sexo, origem, idade e etnia.

As leis internacionais e a Agenda 2030 pressiona as instituições governamentais a se posicionarem também, sobre igualdade de gênero, inclusive como a meta 05 “alcançar a igualdade de gênero empoderar todas as mulheres e meninas” (VII Relatório das ODS,

2023, p.15), desta forma, compreende-se que as leis são sempre bem vindas, porém precisam ser efetivadas, fiscalizadas, divulgadas e respeitadas por todos e todas, o que infelizmente, não acontece, servindo apenas quando convém ao empregador, a empresa, a elite, ao poder. A mulher é uma categoria basilar para todas as formas de discriminação. Sendo sempre as primeiras e mais atingidas na crise estrutural e identicamente civilizatória em que se encontra o capital. Se constituem as mais vulneráveis à informalidade, aos empregos domésticos, aos baixos salários.

Portanto, a feminização do trabalho ainda, não é considerada um mérito, uma emancipação, visto que há muito mais contradição, desregulamentação na relação de trabalho do que propriamente o reconhecimento e competência da mulher nos mais diversos contextos sociais, inclusive, os políticos e socioambientais. Em função da divisão sexual do trabalho, as mulheres já entram em desvantagem nas atividades remuneradas. “Os postos de trabalho assumidos pelas mulheres são, hoje, os mais precários no setor informal, comerciantes ambulantes, catadores de lixo, revendedoras em domicílio e trabalho domiciliar” (Ferreira, 2007, p.76).

Sendo assim, as mulheres carregam a partir, da divisão sexual, da precarização do trabalho, das relações de alienação e de domínio sociológico vivenciado pelas elites capitalistas a falta de opção e escolha por parte da mulher, ao contrário, ela, nas entrelinhas patriarcais, nasceu predestinada a servir. O trabalho doméstico se caracteriza pela produção de valores, de uso diretamente consumidos pela família, contudo o fruto do seu trabalho não circula no mercado capitalista, por não ser considerado trabalho na ótica capitalista (Saffioti,1976).

Falas imperialistas masculinas como: “Ela não trabalha, ela é doméstica”, faz parte de um discurso machista que sempre se perpetuou no pensamento ocidental. Mesmo que o trabalho da mulher seja essencial para a reprodução da força de trabalho e para a acumulação do capital. Compreende-se que a mulher sofre com as explorações associadas às apropriações do tempo, do corpo e do trabalho não pago, além de ser bem mais desafiador a superação acadêmica, econômica, enfim, a realização pessoal e profissional de uma mulher.

O cotidiano atravessado pelo peso unicamente, por ser mulher, reporta a história contada pelo ser masculino, embricada nas categorias sociais de classe, diferenças de gênero/sexo e etarismo, religião e racismo, este representado pela letra da música de uma mulher negra (Soares, 2002) que em forma de protesto repete por várias vezes “a carne

mais barata do mercado é a carne negra”, a este poderia ser acrescido, ainda a carne velha, a carne da trabalhadora, a carne da mulher.

Portanto, mesmo diante às contradições, o empoderamento feminino não universalizado, as mulheres aqui referidas são heterogêneas, teimosas, corajosas e que renasce enquanto flor fecunda, gritando ao “poderio” por meio da escrita, “Vivifico-me eu mulher e teimo, na vital carícia de meu cio, na cálida coragem de meu corpo, no infinito laço da vida. Que jaz em mim e renasce flor fecunda.” E sem mais tardar, se ponha a ouvir e a atender as nossas necessidades” (Evaristo, 2021, p.29-41).

O exposto, não se tem a pretensão de romantizar a mulher dentro dos grandes desafios estabelecidos, mas compreendê-las por meio da essência humana, expondo características descartadas pela sociedade capitalista e patriarcal atual. O ideologismo capitalista se apropria do discurso homem versus mulher, quando na realidade, não representa a luta da mulher até os dias atuais, mas que sobretudo que a diversidade seja realmente, propulsora dos direitos humanos, de justiça e oportunidade a todas as mulheres, negras, mães, estudantes, pobres, domesticas, dentre outras.

4. Corpos femininos. Eu-mulher abrigo da semente

A palavra “corpo”, aqui especificada, traz a biologia e o contexto social como conceito e concepção da sociedade. Corpos masculinos, corpos negros, corpos femininos, corpos ricos ou pobres. Enquanto cultura ocidental, a imagem dos corpos (físico ou as metáforas do corpo) parecem privilegiados em relação a outras formas de explicar diferenças entre gênero, raça e classe. “Ao corpo é dada uma lógica própria. Nesse sentido, o olhar é um convite a diferenciar. A diferenciação dos corpos humanos em termos de sexo, cor da pele e tamanho do crânio é um testemunho dos poderes atribuídos ao “ver” (Oyèrónké Oyêùmí, 2021, p. 28-29).

Não obstante, aos corpos femininos infere-se as crenças e a posição social ou a falta delas. Na cultura ocidental a centralidade é o corpo, este para a mulher sinônimo de tentação, de expropriação, uma cosmovisão que inferioriza a mulher desde os tempos primórdios, os quais sempre, determinaram seu local na sociedade, excluídas da categoria cidadãos, da intelectualidade científica e econômica e de respeito à fala da mulher. “Diferenças e hierarquias, portanto, estão consagradas; e os corpos consagram as diferenças e a hierarquia” (Oyèrónké Oyêùmí, 2021, p. 28-29).

Como visto anteriormente na cultura ocidental “superior” sexo e gênero são sinônimos, ou seja, “os corpos físicos são corpos sociais, a biologia é a base do social”.

Diferente da cultura africana na qual as relações sociais derivam dos fatos sociais e não biológicos, portanto a natureza da anatomia não delimita o espaço social a que pertencerá. Talvez esse seja mais um aprendizado que a sociedade ocidental poderia adquirir com a sociedade, até então desconhecida, a africana.

Ao trazer para o contexto do trabalho da mulher, o corpo feminino traz um histórico de submissão, invisibilidade e de negação de escolha. A partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideais de cultura. Os corpos são o que são a cultura. Podendo valer mais ou menos, serem decisivos para dizer do lugar social de um sujeito ou podem ser irrelevantes para qualquer validade para o sistema classificatório. (Louro, 2004, p. 75-76).

Reforçando a ideia de poder e valor em que o corpo da mulher é submetido, Foucault, (1975/1996, p.93) define “O corpo como superfície de inscrição para poder” neste sentido, o corpo é muito mais do que a instância biológica, a partir das normas, práticas disciplinadoras e repressoras os corpos femininos são afetados diretamente pelas dinâmicas sociais, políticas e culturais, tornando-se um elemento vivo que reflete as influências de poder. Este, dentro de um contexto histórico revela, o que talvez, possa ser considerado o mais amplo e cruel na diferenciação dos corpos, aquele que destila seu poder em grande parte da população negra, o chamado “racismo estrutural” (Almeida, 2019, p. 15).

Os corpos femininos atravessados por questões estéticas, objetificadas e morais devem ser visibilizados a partir da diversidade e multiplicidade, articulando-os a esfera política e cultural das mulheres que intentam romper com os pressupostos uníssomos de feminilidade em muitos espaços sociais (Silva, 2017, p.93).

O corpo, enquanto cultura ocidental, constitui-se como central à psicanálise fazendo parte dessa transição entre o que dizem sobre “o que você é”, enquanto bebê, para a descoberta de “quem sou”. A troca, o olhar, a voz, o toque, o estímulo, a relação com o corpo são construções subjetivas essenciais a humanização. “Somos seres de linguagem, pois a linguagem medeia nossa relação com o mundo. O corpo é um objeto do mundo, ainda que privilegiado, visto que é na relação de constituição da *corporeidade* que se funda o Eu” (Iaconelli, 2023, p.130).

Diante do exposto, numa sociedade patriarcal, estruturalmente racista, ser mulher já se caracteriza um grande desafio, ser mulher negra torna-se esse desafio, ainda mais segmentado propício a adjetivação e dominação desses corpos pelo sistema capitalista destrutivo da ser.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A insistência histórica de um modelo único de cuidadora na categoria “mulher” tem dentro da complexidade social interferências políticas, culturais e econômicas que precisam ser discutidas nas ciências socioambientais.

Por muito tempo a mulher foi silenciada, submetida a viver apenas no ambiente privativo, no escuro da sociedade, das tomadas de decisões, visto que o público pertencia aos homens, (intelectos, negociadores, proprietários e veris), esses eram sempre, os verdadeiros senhores dominadores de tudo que existiam, inclusive da mulher. E “Esse era o meu jogo de escrever no escuro [...] a fazer das palavras artifício. Arte e ofício do meu canto, da minha fala” (Evaristo,2021, p.43). Contudo, esqueceram-se de questionar, até que ponto essas mulheres continuariam em silêncio. Apesar de deixar claro, que aqui a questão dissertada não constitui homem versus mulher, mas trazer o contexto reflexivo dos direitos igualitários da humanidade, algo que propositalmente, nunca foi alcançado, em especial, pela mulher.

A mulher basilar das desigualdades sociais vivencia historicamente a experiência de ter sempre alguém a falar por ela, podendo ser mais enfática, sempre o homem. Neste interim, perpassaram por um longo discurso ideológico que justificava e reiterava o lugar das mulheres, reduzindo-as função de doméstica e de mãe não remuneradas, num espaço privativo. A realidade da mulher, hoje, provém da vivência e herança ocidental, partindo do estereótipo das mulheres “perfeitas”, branca, casada, dona de casa, mãe, a reprodutora social. Enquanto, as “outras”, negras, pobres, libidinosas, serviçais e até mesmo inapropriadas para casar. A criança, o idoso, a pessoa portadora de deficiência, enfim, todos que necessitam de cuidados, de forma desigual é desenvolvido por mulheres que abdicaram de suas vidas, vivenciando contidamente a vida do outro e a não remuneração pelo trabalho.

Atravessadas pela classe, racialização e gênero, as mulheres nunca foram e nunca serão homogêneas, a própria desigualdade escancarada no Brasil, a vulnerabilidade da mulher-mãe. “O banzo renasce em mim e a mulher da aldeia pede e clama na chama negra que lhe queima entre as pernas o desejo de retomar de recolher para o seu útero-terra as sementes que o vento espalhou pelas ruas” (Evaristo, 2021, p.16).

A precariedade socioeconômica, a violência dentro da família, a falta de perspectiva, a responsabilidade embutida na mulher, na criação e educação de um ser

humano é sempre um peso para a mulher levando-a ao adoecimento mental e/ou culpabilização nessa tarefa árdua e complexa de espalhar sementes/vidas pelas ruas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse entrelaçar da mulher-mãe e doméstica, pôde-se compreender que, a economia reprodutiva diz respeito às atividades ligadas à manutenção da vida, às tarefas domésticas e aos cuidados dos filhos, maridos e idosos. Ela distingue da economia produtiva, que é remunerada e reconhecida como trabalho. Isso se dá na lógica capitalista da divisão sexual do trabalho, no qual o dinheiro passa a determinar o que é trabalho e o que invisibilizado como tal. Para a sociedade patriarcal capitalista, ser mulher, basta! Basta para desqualificar e reimprimir o discurso machista emprenhado na sociedade da desigualdade sexual. Por tanto, caberá um contínuo processo de análise nesta pesquisa que reflita a partir, da educação formal e informal, a categoria “mulher” dentro da relação de trabalho, o lugar da mulher, a partir da interseccionalidade e da quebra de paradigmas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANTUNES, Ricardo. Século XXI: Nova era da precarização estrutural do trabalho? **Seminário Nacional de Saúde mental e Trabalho**, São Paulo, 2008.

BIHR, Alain. Da grande noite à alternativa: **Coleção mundo do trabalho**. São Paulo-SP: Boitempo, 1998.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

CAMPOS, Fábio Henrique de. **O trabalho e a relação do homem-natureza**. Uma trama social em questão. FCT/UNESP. Presidente Prudente, 2000.

ELZA, Soares. Letra e música: **A carne**. (2002). Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/elza-soares/> Acesso: 20 de maio 2024,

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Rio de Janeiro. Malê, 2021.

FERREIRA, Verônica. Trabalho e previdência social na pauta da luta por direitos. In **Cadernos de Crítica Feminista**, Ano I, n. 0, Recife, p. 74-82, dez. 2007.

Foucault, M. (1996). **Vigiar e punir**: nascimento da prisão (14a ed., L. M. Pondé Vassallo, trad.). Petrópolis, RJ: Vozes. (Trabalho original publicado em 1975)

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**. Psicanálise e políticas da reprodução. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

LONGINO, Helen. Subjects, Power and Knowledge: Description and Prescription in Feminist Philosophies of Science, in: KELLER, E.F. & LONGINO, H.E. (orgs.) **Feminism & Science**. Oxford, Nova York:1996.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica,2004.

MARX, Karl. **O capital**. Nova York: Internacional Publishers,1967.

MASCARO, Alysson Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. Coleção primeiros passos, São Paulo: Brasiliense,1985.

OLIVEIRA, Ana Maria Soares de. **Relação homem/natureza no modo de produção capitalista**. Pegada. Revista de geografia e do trabalho.v.3, 2002

OLIVEIRA, Vanessa Dias. As mulheres no âmago da precariedade histórica do mundo do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, Departamento de Geografia Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, v. 3, n. 18, p. 243–268, 2020.

OYÈRÓNKÉ Oyêùmí. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução wanderson flor do nascimento. 1ª ed. Rio de Janeiro. Bazar do tempo,2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Trabalho feminino e capitalismo**. Perspectivas, Revista de Ciências Sociais, ano 1, vol. 1, n.1. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 1976.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,1987.

SILVA, Luciana. Codognoto da. **O trabalho de mulheres na reciclagem**: ambiguidades, fronteiras e representações. Barbarói, Santa Cruz do Sul, n.50, 2017.

VII RELATÓRIO DOS ODS. VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável Brasil. **Grupo de Trabalho para a Agenda 2030** (GTSC A2030) Ed. Gestos – Soropositividade, Comunicação e Gênero, 2023.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. ed. Expressão popular, São PAULO, 2006